(b) No Museu Nacional de História Natural da Universidade de Lisboa, as suas três secções consideram-se, nos termos do § 1.º do artigo 18.º do decreto n.º 12:492, outros tantos estabelecimentos.

Paços do Governo da República, em 28 de Janeiro de 1928.—O Ministro das Finanças, *João José Sinel de Cordes*—O Ministro da Instrução Pública, *José Alfredo Mendes de Magalhães*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aqüícolas

Decreto n.º 15:020

Sendo de toda a conveniência, para bem da protecção da riqueza florestal do País, que a Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aqüícolas possua todos os elementos de informação necessários para conhecer e reprimir as contravenções que se possam dar no comércio e extracção de cortiça sem a idade legal, ou seja em contrário ao disposto no decreto com força de lei n.º 13:658, de 20 de Maio de 1927;

Convindo para esse efeito que a referida Direcção Geral tenha conhecimento da existência de todas as cortiças extraídas sem idade legal que existam, ainda não manufacturadas, em 30 de Abril do corrente ano;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, as seguintes disposições complementares ao disposto no decreto n.º 13:658, de 20 de Maio de 1927, referente à protecção da riqueza florestal do País:

Artigo 1.º Todos os industriais, comerciantes, lavradores ou quaisquer outros detentores que possuam nas suas fábricas ou depósitos cortiças não manufacturadas, com menos de nove anos de criação, ficam obrigados a declarar à Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aqüícolas, até 30 de Abril de cada ano, a sua existência e as quantidades nessas condições que ainda possuam, indicando o local onde se encontram.

§ 1.º Para facilidade da fiscalização a exercer pelo pessoal florestal, quer nos depósitos, quer nas fábricas, deverão as cortiças da próxima e futuras colheitas ser empilhadas em separado das existentes, apartando-se as de nove e mais anos de criação das que não tenham a idade legal, sob pena de ser a quantidade total das cortiças que se encontrem nas pilhas considerada de existência ilegal para os efeitos do disposto no artigo 2.º d'este diploma.

§ 2.º Nos termos do artigo 8.º do decreto n.º 13:658 será admitida nas pilhas de cortiça amadia uma percentagem até 5 por cento das cortiças com sete e oito anos de criação.

Art. 2.º Toda a cortiça sem idade legal que não fôr manifestada até 30 de Abril de cada ano e todas as quantidades que forem encontradas a mais das mencionadas nas declarações feitas, e todas as que não estiverem separadas em conformidade com o artigo anterior, serão, para todos os efeitos, consideradas de existência ilegal e como tal apreendidas para garantia da multa em que incorrem os seus possuidores e que se encontra fixada no artigo 15.º do já citado decreto n.º 13:658, ou seja, por cada arrôba, 50 por cento do preço médio, no mercado nacional, da cortiça amadia, preço que será indicado pela Bôlsa Agrícola.

Art. 3.º Para o exacto cumprimento do artigo 8.º do citado decreto n.º 13:658, todos os compradores, industriais, comerciantes ou intermediários farão as partici-

pações das transacções de cortiça que forem realizando com indicação das entidades produtoras ou intermediárias de quem a adquiram.

§ 1.º As participações a que se refere o § 2.º do citado artigo 8.º serão dadas em separado para cada propriedade e em conformidade com o modelo anexo a este decreto.

§ 2.º Quando as compras de cortiça não tenham por base a pesagem, além das indicações referidas no citado § 2.º do artigo 8.º, deverão os compradores indicar a idade da cortiça e o seu peso aproximado, e no caso de se tratar de cortiças provenientes de cortes de desbaste de sobreirais, limpezas e podas dos mesmos, deverá indicar-se o nome do proprietário e a data da participação por este feita, a que se refere o artigo 4.º

§ 3.º Os compradores de cortiça, seja ela adquirida aos produtores ou a intermediários, que não fizerem a respectiva participação nos termos acima indicados, incorrem na multa de 25 por cento do valor da cortiça, conforme dispõe o artigo 16.º do decreto n.º 13:658.

Art. 4.º Os produtores, proprietários, lavradores ou usuários de sobreirais que executem cortes de sobreiros para desbaste ou limpezas e podas, que produzam cortiça sem a idade legal, que queiram transaccionar, terão de participar à Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aqüícolas a realização desses desbastes, limpezas ou podas, indicando o nome da herdade ou propriedade em que se executam e a freguesia e concelho em que estão situadas, sendo a falta de declaração considerada infracção ao regulamento de policia florestal, embora esses trabalhos sejam executados em conformidade com o disposto no artigo 7.º do citado decreto.

§ 1.º A Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aqüícolas poderá, mediante requerimento do interessado, autorizar a extracção de cortiça secundária de dois ou três anos de criação.

§ 2.º A cortiça que fôr encontrada sem idade legal, seja secundária, cuja extracção não tenha sido autorizada ou proveniente de cortes, limpezas ou podas de que não tenha havido participação, será apreendida para garantia da multa fixada no artigo 17.º do referido decreto n.º 13:658, ou seja de 50\$ a 300\$ por hectare e fracção da área em que tiverem sido executados aqueles trabalhos.

Art. 5.º Para os efeitos do disposto no artigo 18.º do decreto n.º 13:658, o pessoal florestal, desde que se faça reconhecer como tal, por meio do seu bilhete de identidade florestal, poderá visitar todas as propriedades particulares arborizadas e as fábricas e depósitos de cortiça e de outros produtos silvícolas, a fim de verificar as existências e sua origem.

§ 1.º As autoridades administrativas, guarda republicana, guarda fiscal, policia civil e fluvial pertence coadjuvar e dar apoio ao pessoal florestal.

§ 2.º Aos chefes de estações de caminho de ferro e mais empregados ferroviários pertence auxiliar o pessoal florestal, fornecendo-lhe as indicações que lhe forem solicitadas referentes a expedições de produtos florestais.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 9 de Fevereiro de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Agnelo Portela*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa*—*Artur Ivens Ferraz*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Feltsberto Alves Pedrosa*.

Modelo de participação de compra de cortiça

Nome do participante (comprador) ...
 Morada do comprador ...
 Nome da propriedade onde se fez a tirada ...
 Situação da propriedade { Concelho ...
 Freguesia ...
 Nome do proprietário ou usuário ...

Cortiça amadia:

Idade de criação da cortiça ...
 Pêso de cortiça, calculado em arrôbas ...
 Local onde se efectuará a pesagem ...
 Data em que se realizará a pesagem ...

Cortiça virgem e cortiça proveniente de podas e desbastes:

Idade de criação da cortiça ...
 Pêso da cortiça, calculado em arrôbas ...
 Local onde se efectuará a pesagem ...
 Data em que se realizará a pesagem ...
 Data da participação do proprietário ou do usuário ...

(Data)

(Assinatura do participante)

...

Nota. — As participações serão feitas em papel comum e uma para cada propriedade.

Todas as participações deverão conter a primeira parte deste modelo, sendo as outras preenchidas conforme as compras realizadas.